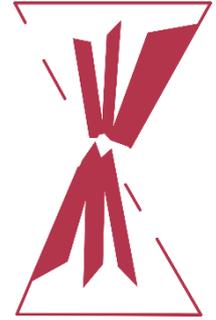


Voltaire: entre história e fábula, as possibilidades

Voltaire: between history and fable, the possibilities



MACHADO, Laís Pazzetti *

 <https://orcid.org/0009-0005-4741-3923>

RESUMO: Este artigo se propõe discutir os diferentes usos do termo “fábula” na obra de Voltaire, em especial nas suas obras de caráter historiográfico. Argumentamos que, partindo das falas de Voltaire sobre episódios da mitologia greco-romana, e também das próprias definições de “fábula” fornecidas pelo filósofo, é possível vislumbrar outras possibilidades para tal noção que não exclusivamente as de um relato “falso” ou associado à “ignorância” dos povos antigos, tradicionalmente atreladas à maneira como Voltaire formula a sua noção de “fábula”. Assim sendo, acreditamos ser possível – e necessário – questionar a imagem de Voltaire como avesso às fábulas, especialmente quando a diversidade das suas incursões na antiguidade demonstra um interesse em ver as fábulas além do horizonte do “falso” e enxergá-las como um instrumento de investigação e conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Voltaire; fábula; história; filosofia; antiguidade.

ABSTRACT: This article intends to discuss the different uses of the term “fable” in Voltaire’s work, specially in his historiographic works. We claim that, through the analysis of Voltaire’s speeches regarding episodes of Greco-Roman mythology, and also the very definitions of “fable” that the philosopher provides, we can see possibilities for the notion of fable other than exclusively the ones that associate it with the idea of a “false” account, or that relate it to the “ignorance” of ancient peoples, both ideas that are traditionally associated with how Voltaire elaborates his notion of “fable”. Therefore, we believe it’s possible – and necessary – to question the image of Voltaire as being averse to fables, especially when the diversity of his incursions into antiquity demonstrates an interest in looking beyond the horizon of the idea of “falseness” and seeing fables as instruments of investigation and knowledge.

KEYWORDS: Voltaire; history; fable; philosophy; antiquity.

Recebido em: 28/08/2023

Aprovado em: 21/11/2023

* Mestre em História pela UFMG e doutoranda em História pela UFMG. Bolsista CAPES. E-mail: laispazzetti@gmail.com. Esclarecemos que o presente artigo nasce como um desdobramento da dissertação de mestrado da autora, feita sob orientação do Prof. Rafael Scopacasa, podendo haver seções do artigo semelhantes a seções da dissertação.



É bem sabido que o termo “fábula” ganha contornos negativos no Iluminismo francês. A “fábula” seria algo irracional, uma testemunha da ignorância dos povos antigos diante do mundo. Como diz Ernst Cassirer, havia uma estranheza dos filósofos iluministas diante da fábula¹, que parecia uma “rude massa de ideias (sic) confusas e superstições grosseiras” (Cassirer, 1961, p. 226). Esta parece ser a opinião firme de Voltaire em várias passagens de suas obras, tal como quando questiona se as fábulas não seriam criações “[...] do ócio, da superstição ou do interesse” (Voltaire, 1756, tradução nossa)². Mas, há também indícios de que o entendimento voltairiano sobre a fábula não é composto de uma única camada, e que é possível explorar essa noção partindo dos benefícios que a fábula pode trazer.

Nessa perspectiva, antes de explorarmos os aspectos positivos da fábula, julgamos primeiro ser necessário apresentar os critérios que amparam as afirmações do filósofo sobre um determinado relato ser uma “fábula”. De maneira que propomos dividir o nosso texto nas seguintes partes: a introdução, dedicada a explicar o que constitui a fábula e os critérios para determinar os limites entre verdadeiro e falso; cinco partes dedicadas a apresentar e explorar a fábula em seus aspectos positivos; a conclusão, voltada a um balanço dos aspectos positivos e negativos da fábula segundo Voltaire e os seus possíveis diálogos com a história.

Para nos guiar ao longo das análises sobre a fábula, nossas fontes serão primariamente “*A filosofia da história*”, obra de cunho historiográfico que traz, dentre outros pontos, os juízos de Voltaire sobre as relações entre fábula e história na tradição historiográfica europeia³, e o “*Dicionário filosófico*”, obra composta por ensaios relativos a variados temas, em formato de verbetes, dentre os quais nos interessam os ensaios sobre a fábula e os critérios de verdade e falsidade postos por Voltaire. Desse modo, nos apoiaremos também nas obras de J. H. Brumfitt e Maria das Graças de Souza, e de outros autores, para

¹ Na tradução, usa-se o termo “mito”. Esclarecemos, no entanto, que o termo usado por Voltaire é “fábula”, por isso preferimos usá-lo aqui ao nos referirmos ao que diz Cassirer no presente trecho.

² No original, “*Ces fables ne sont-elles pas inventées par l'oisiveté, la superstition, ou l'intérêt?*” Disponível em: <https://artflsrv03.uchicago.edu/philologic4/toutvoltaire/navigate/546/1/14/?byte=282322>

³ Esclarecemos que *A filosofia da história* compreende os textos “Sobre a história”, que contém o texto do artigo “História” escrito por Voltaire para a Enciclopédia iluminista, “Introdução ao Ensaio sobre os costumes” e “A defesa do meu tio”, sendo que o título “*A filosofia da história*” foi dado por Voltaire à “Introdução ao Ensaio sobre os costumes” quando foi publicada separadamente, em 1765.

entender melhor como Voltaire trabalha com as suas categorias de história, fábula, verdade e falsidade.

De que é feita a fábula voltairiana

Antes de mais nada, definamos o que constitui uma “fábula” para Voltaire: “A história é o relato dos fatos dados como verdadeiros, ao contrário da fábula, que é o relato dos fatos dados como falsos” (Voltaire, 2007, p. 3). De início, a fábula é oposta à história por uma questão de natureza, por ser pautada pela ideia de “falsidade”, enquanto a história é pautada pela de “verdade”. Nesse sentido, há outro elemento, ainda, que pode ajudar a esclarecer a natureza da fábula: chamamos a atenção para o fato de que, oposta à verdade, está a ideia de falsidade, e não de mentira. Se recorrermos às definições voltairianas de “verdade” e “falsidade”, teremos que a verdade se constitui como “o que é enunciado tal qual é” (Voltaire, 2020, p. 1451), enquanto a falsidade “é o contrário da verdade. Não é, propriamente, mentira, na qual existe sempre intenção” (Voltaire, 2020, p. 755). Ou seja, enunciar algo falso não pressupõe a intenção de dizer algo falso, mas apenas a falta de correspondência entre o que se diz e o que se apresenta no plano da realidade. Que a fábula entre nesse âmbito de falsidade, e não necessariamente de mentira, é um indicativo interessante das possibilidades contidas na fábula, e que serão por nós exploradas oportunamente. Por ora, ficamos com os seguintes dados: por ser do domínio do falso, a fábula não apresenta uma correspondência entre “o que é enunciado” e “o que é”, entre o seu discurso e a realidade.

É importante dizer, também, que o termo “fábula”, tal como usado por Voltaire, abarca temas do que denominamos como “mitos”, como as narrativas fantásticas sobre deuses e heróis que figuram em culturas antigas como a greco-romana, muitas vezes como objetos de culto religioso; enquanto o termo “mito” não é usado por Voltaire e nem parece ser de uso corrente entre os autores do século XVIII. Assim sendo, aqui usamos o termo “fábula” para nos referirmos a narrativas em que figuram o fantástico e o sobrenatural, seja na forma de seres com poderes sobre-humanos, como Hércules, seja nas violações de leis naturais, como Júpiter fazendo o dia se estender para se deitar com Alcmena, ou São Dionísio carregando a própria cabeça decepada (Voltaire, 2007, p. 20) – aqui é válido notar, que o conceito de “fábula” se estende também para narrativas cristãs, não sendo restrito ao

universo pagão. Por todos estes casos perpassa a ideia de “falsidade”, de que os relatos em questão não correspondem à realidade objetiva das coisas: o curso da natureza não pode ser alterado e nenhum ser humano tem o poder de carregar a própria cabeça decepada, porque em ambos os casos leis naturais estariam sendo violadas.

Uma das consequências mais significativas dessa associação entre a “fábula” e a “falsidade” é a crítica de Voltaire ao que ele entende como uma presença excessiva da fábula na história, especialmente na historiografia que vinha sendo feita até então. Entendendo que a história deva tratar somente do que se tem como verdadeiro, o filósofo dirige muitas críticas à historiografia antiga, que a seu ver tem como característica marcante ser densamente povoada por fábulas: “É sabido que maravilhoso ridículo reina na história antiga dos gregos. Os romanos, tão sérios, como eram, mesmo assim envolveram de fábulas a história de seus primeiros séculos” (Voltaire, 2007, p. 4) são algumas das passagens em que Voltaire desaprova o trabalho dos historiadores antigos, quando não os cita nominalmente. A sua proposta, assim, é separar história e fábula, para que sem as interferências do falso e fantasioso, a história possa se dedicar àquilo que é o seu objeto de fato⁴.

Essa associação da fábula com os fatos “dados como falsos” é frequente na obra de Voltaire e traz consigo, quase sempre, uma carga negativa: nesse sentido, as fábulas são tidas como relatos em que imperam o absurdo, o ridículo e a falta de lógica, e, em muitos casos, parecem não oferecer nada a não ser uma história vazia de sentido – ao menos para os padrões de Voltaire. Destacamos a associação da fábula com a ignorância, pois ao criar um mundo repleto da ação de seres sobrenaturais na vida humana, a fábula prenderia os homens a uma espécie de “infância do espírito”, em que tudo se explica por meio do fantástico e do sobrenatural (Menezes, 2014, p. 63). Presos a essa fase, os homens não desenvolvem as ferramentas da racionalidade e do senso crítico, ou seja, permanecem na ignorância a respeito do mundo e de si mesmos.

Estas são as nossas primeiras diretrizes para entender a fábula segundo Voltaire. A seguir, veremos como se constituem os parâmetros segundo os quais Voltaire estabelece

⁴ Pode-se ver as críticas do filósofo nesse sentido nas passagens em que critica que se tome por históricas representações fabulosas como Baco saindo da coxa de Júpiter, e também ao criticar que personagens fantásticos como Perseu e Baco tenham templos erigidos em sua honra, mas que personagens históricos como Temístocles, Címon e Milcíades sejam desprezados. Id., *ibid.*, p. 122-123.

que seja possível julgar se um determinado relato é verdadeiro, portanto do domínio da história, ou falso, pertencente ao âmbito da fábula.

Os critérios de Voltaire: senso comum, exagero e natureza humana

Eu não acredito nas testemunhas oculares, quando elas me dizem coisas que o senso comum desautoriza. Desconfiemos também de tudo o que pareça exagerado; Esta desconfiança que é preciso ter a respeito dos fatos particulares, tenhamos-la ainda a respeito dos costumes dos povos estrangeiros; recusemos nosso crédito a todo historiador antigo e moderno que nos conte coisas contrárias à natureza e ao temperamento do coração humano (Voltaire, 1847, p. 125-126, *tradução nossa*).⁵

Esses três princípios, que Brumfitt define como sendo “de base filosófica” (Brumfitt, 1958, p. 100, *tradução nossa*)⁶, estabelecem critérios básicos que Voltaire emprega para verificar se um relato é verdadeiro ou não. Eles nos interessam por trazerem o que Voltaire considera de mais básico para uma análise de suas fontes: as ideias de senso comum, de exagero e de natureza humana. Os dois primeiros critérios serão centrais para o nosso entendimento dos atributos que Voltaire frequentemente consagra à fábula.

Senso comum significa “bom senso, razão grosseira, razão rudimentar, primeira noção de coisas ordinárias, estado intermediário entre a estupidez e o discernimento” (Voltaire, 2020, p. 1365). Ou seja, o que permite que o homem entenda o mundo em seu nível mais básico. Relatar coisas que contrariam o senso comum seria ir contra o que há de mais evidente, contra o que não poderia ser negado. Segundo Brumfitt, o princípio ligado ao senso comum é usado com frequência por Voltaire para desmentir relatos que envolvam alguma impossibilidade física ou geográfica (Brumfitt, 1958, p. 100), ou seja, fazer uso do senso comum é não acreditar no que vá contra as leis da natureza.

Aqui consideramos importante apontar as particularidades de Voltaire quando se refere às leis da natureza: embora possa parecer que o filósofo se guie por parâmetros universais e objetivos – algo próximo do que chamaríamos de “leis da física” – deve-se notar que esses parâmetros são formados a partir da maneira como Voltaire entendia o mundo,

⁵ [No original] “*Je ne crois pas meme les temoins oculaires, quand ils me disent des choses que le sens commun desavoue;*

Defions-nous aussi de tout ce qui parait exagerer;

Cette defiance qu’il faut avoir sur les faits particuliers, ayons-la encore sur les moeurs des peuples etrangers; refusons notre creance a tout historien ancien et moderne qui nous rapporte des choses contraires a la nature et a la trempe du coeur humain”.

⁶ [No original] “*a philosophical basis*”.

seguindo seus parâmetros de racionalidade, plausibilidade, probabilidade e natureza; além do que, deve-se ter em conta que são as leis da natureza tal como eram conhecidas no contexto em que o filósofo escreve.

O exagero, por sua vez, está ligado às características de estar fora da natureza, de não ser verdadeiro, às noções de impossibilidade ou de improbabilidade. O verbete “Exagero” do *Dicionário filosófico* nos dá alguns indícios adicionais do que Voltaire entende que seja essa característica, através das suas análises no campo das artes; mais especificamente, da poesia e do teatro: “A poesia é, sobretudo, o campo do exagero. Todos os poetas quiseram atrair a atenção dos homens com imagens impressionantes. Se um deus anda na Ilíada, chega ao fim do mundo na terceira pernada [...]” (Voltaire, 2020, p. 738). Ainda falando sobre a poesia, diz a respeito da tragédia: “De todos os gêneros de poesia, o que mais encanta os espíritos instruídos e cultos é a tragédia.” Quando a nação ainda não tem o gosto formado, quando ainda está passando da barbárie à cultura, então quase tudo na tragédia é gigantesco e sobrenatural” (Voltaire, 2020, p. 738). Outras características associadas ao exagero, desta vez no teatro, é escrever de maneira “empolada” e “forçada”.

Assim, temos algumas conexões entre as violações do senso comum e os exageros: a presença do sobrenatural, as impossibilidades físicas – o deus que chega “ao fim do mundo na terceira pernada” ou o santo que carrega a cabeça decepada – e, de maneira geral, a ideia de que a natureza, tal como se apresenta em seu funcionamento e suas leis, deve servir de parâmetro para que identifique se determinado relato é verdadeiro ou não.

É importante retornarmos à primeira definição de história e fábula para recuperar um elemento central no entendimento dessas duas noções: “A história é o relato dos fatos dados como verdadeiros, ao contrário da fábula, que é o relato dos fatos dados como falsos” (Voltaire, 2007, p. 3). Notemos que Voltaire não define que a história trata de fatos verdadeiros e a fábula, de relatos falsos, mas de fatos *dados* como verdadeiros ou falsos. Como explica Brumfitt, esta distinção é significativa por apontar que o filósofo acredita que a história seja uma narração dos eventos relativos ao passado (Brumfitt, 1958, p. 98), isto é, que o historiador parte de algum lugar, de certos pressupostos e intenções, para determinar o que se encaixa na categoria do verdadeiro, e, portanto, histórico. O mesmo pode ser dito sobre a fábula: são determinados pressupostos que indicam o que é do domínio do falso. Em ambos os casos, Voltaire reconhece não lidar com os fatos em si, e estabelece quais são os critérios pelos quais determina que um fato possa ser dado como verdadeiro ou falso.

Esclarecidas a natureza da fábula e os critérios através dos quais Voltaire coloca principalmente as suas ideias de verdade e falsidade, passemos agora à análise dos aspectos positivos da fábula. Começaremos pela fábula alegórica, porque consideramos ser este um dos indicativos mais fortes da diversidade de formas e usos que a fábula, em especial a fábula antiga, assume para Voltaire. A fábula alegórica constitui, para ele, um dos exemplos mais refinados da sabedoria que se pode resgatar dos antigos: na verdade, trata-se de uma categoria de fábula que, até mesmo enquanto relato falso, apresenta, ainda assim, uma relação com a verdade.

Os bons usos da fábula: a fábula alegórica

A alegoria, para Voltaire, deve apresentar um sentido moral, um aprendizado que se possa extrair dela. Quando analisa as fábulas que classifica como “alegóricas”, o que Voltaire destaca é um componente didático, expresso por meio de imagens que, apesar de serem fantásticas, revelam verdades sobre a natureza. Isso fica claro quando analisamos as fábulas que se encaixam como “alegóricas”:

A antiga fábula de Vênus, contada por Hesíodo, acaso não é uma alegoria da natureza inteira? A semente da geração cai do éter na praia: Vênus nasce dessa espuma preciosa; seu primeiro nome é de amante do órgão da reprodução, *Filometes*: haverá imagem mais clara?

Essa Vênus é a deusa da beleza; a beleza deixa de ser digna de amor quando anda sem as Graças; a beleza dá origem ao Amor; o Amor tem setas que atingem os corações; usa uma faixa que esconde os defeitos daquilo que se ama: tem asas, chega depressa e foge também depressa.

A sabedoria é concebida no cérebro do senhor dos deuses com o nome de Minerva; a alma do homem é um fogo divino que Minerva mostra a Prometeu; este usa tal fogo divino para animar o homem.

É impossível não perceber nessas fábulas um quadro vivo da natureza inteira (Voltaire, 2020, p. 748-749).

Nem Vênus, nem as Graças são reais, e o mesmo vale para o Amor enquanto uma entidade sobrenatural, mas representam relações verdadeiras entre o amor e a beleza. É pleno de significado o nascimento de Minerva, já que ela, representando a sabedoria, nasce do cérebro do senhor dos deuses. Entendidas a partir do plano da imagem, e não da realidade, (fazendo uma distinção entre imagem e realidade objetiva, no sentido de que pode haver uma imagem de Vênus sem que, para isso, ela deva existir como uma entidade sobrenatural que tem poder sobre a vida humana), essas fábulas nos oferecem valiosas lições sobre a natureza.

Trazemos também uma menção curiosa no verbete “Fábula”: “Quanto mais antigas as fábulas, mais alegóricas são” (Voltaire, 2020, p. 748). Um contraste interessante se considerarmos a primeira definição de fábula de que tratamos, segundo a qual lida com os relatos “dados como falsos”. Se as fábulas alegóricas trazem em si algo de verdadeiro sob a roupagem do fantástico ou do falso, então podemos dizer que a natureza da fábula não a limita a ser apenas um espelho invertido da história, um falso do verdadeiro. Essa afirmação de que quanto mais recuadas no tempo, mais alegóricas elas são, poderia ser lida como a existência de uma sabedoria antiga que vislumbrou o potencial de histórias fantásticas para explicar a natureza, antes que elas se “degenerassem” em um mundo sobrenatural que eclipsou o real – antes que Vênus se tornasse a deusa da beleza que precisa ser cultuada para que se tenha seus favores, esquecendo-se os homens de que originalmente a imagem de Vênus era uma alegoria para a beleza, e não a própria beleza, por exemplo.

Desse modo, seria possível falar talvez em uma “linha do tempo” da fábula: em seus primórdios, ela seria um instrumento para entender o mundo, com o falso ou fantasioso servindo como imagem que explica o verdadeiro. Com o passar do tempo, e à medida que os homens se afastam das origens da fábula, o falso passa a substituir o verdadeiro, de onde viriam os deuses e outros seres sobrenaturais se imiscuindo na vida humana e tornando os homens dependentes da fábula para explicar e entender o mundo. A aplicação original da fábula é esquecida, e seu propósito é “corrompido”. Esse efeito de “telefone sem fio”, em que “a fábula cresce e a verdade se perde” (Voltaire, 2007, p. 4), poderia ser um atestado de que a existência dela não foi sempre um problema, se considerarmos que, em suas origens, ela tinha uma relação alegórica com a verdade. Nesse sentido, o que tornaria a fábula problemática não seria a sua natureza falsa, mas os usos corrompidos que se passou a fazer dela e que acabaram por tomar o falso pelo verdadeiro.

Tal seria a ideia por trás da afirmação de que “Quanto mais antigas as fábulas, mais alegóricas são”, e que parece encontrar suas raízes em um dos predecessores de Voltaire, Bernard Fontenelle. Acreditamos que as suas ideias a respeito das fábulas, especialmente no tocante ao papel que elas desempenhavam entre os antigos, sejam úteis para nossa argumentação, de maneira que dedicaremos uma breve análise ao que diz Fontenelle sobre as fábulas.

Fontenelle: a fábula como “filosofia grosseira”

Em seu *De l'origine des fables (Da origem das fábulas)*, Fontenelle expõe uma teoria sobre o teor e a finalidade da fábula para os povos antigos. E, curiosamente, essa teoria estabelece que existe uma ligação que não é irracional entre a necessidade de explicar o mundo e a criação daquilo que os modernos chamam de “fábula”: “Houve filosofia mesmo nesses séculos grosseiros e ela muito serviu ao nascimento das fábulas [...] De onde poderia vir este rio que sempre correu? teria dito um contemplativo daqueles séculos. Estranha forma de filósofo, mas que poderia ter sido um Descartes deste século” (Fontenelle, 1912, p. 157, *tradução nossa*)⁷.

Assim, a fábula seria uma espécie de filosofia “inacabada” (neste sentido, “grosseira”) que nasce do anseio de entender as origens das coisas. Seria, mesmo, um movimento natural concluir que entidades sobrenaturais seriam as responsáveis pelo funcionamento do mundo, pois, uma vez que os humanos são incapazes de produzir raios ou de fazer os rios correrem, estes fenômenos teriam que ser obra de seres mais poderosos do que eles. Daí também se segue, logicamente, que tais seres tenham não só aparência humana, mas também todas as características humanas – o que os diferenciaria dos homens seria o seu poder maior sobre a natureza (Fontenelle, 1912, p. 158).

Fontenelle destaca o papel cumprido pela fábula: ela explica o que há “de maravilhoso nos fatos”, isto é, faz a ponte entre aquilo que parece extraordinário ou incompreensível e o que se experimenta e verifica. Se um jovem homem desaparece subitamente depois de cair em um rio, e se este rio é, como essa distante filosofia ensina, governado por jovens moças, é natural concluir que o jovem foi levado por elas: “tudo isto é natural, não precisamos de provas para acreditar” (Fontenelle, 1912, p. 129, *tradução nossa*)⁸. Ou seja, trata-se de um sistema de crença que possui seu próprio sentido, em que fatos (o jovem que cai no rio e cujo corpo não é encontrado) se misturam com o que é imaginado pela filosofia que, apesar de “grosseira”, provê explicações para o que ainda não pode ser plenamente explicado – ao menos não se imaginarmos a explicação racional do mundo como um estágio mais refinado do espírito humano.

⁷ [No original] “*Il y a eu de la philosophie même dans ces siècles grossiers et elle a beaucoup servi à la naissance de las fables [...] D’ou peut venir cette rivière qui coule toujours? A dû dire un contemplatif de ces siècles-là. Étrange sorte de philosophe; mais qui aurait peut-être été um Descartes dans ce siècle-ci*”.

⁸ [No original] “*cela est tout naturel; on n’a pas besoin de preuves pour le croire*”.

Sendo assim, podemos apontar similaridades entre Fontenelle e Voltaire: ambos enxergam um uso original da fábula que, longe de ser irracional ou reprovável, possibilitou aos antigos entender o mundo de acordo com uma lógica própria e natural, e tal uso original permite vislumbrar uma “filosofia”, ou sabedoria, por parte dos antigos. Havia, entre eles, um espírito investigativo que buscou conhecer a verdade sobre as coisas. Embora concordem a respeito da fábula ser uma expressão “imatura” ou “grosseira” do espírito humano, Fontenelle e Voltaire apontam para as fábulas antigas caminhos que as reconhecem como uma forma de sabedoria e de pensamento lógico. Vejamos, então, quais outros caminhos são apontados por Voltaire como possibilidades para as fábulas.

A fábula evemerística e a ponte com a história

Há uma categoria de fábula posta pelo filósofo que remete a uma teoria formulada já na antiguidade, que tem em Evêmero um de seus representantes mais famosos: a de que os deuses antigos seriam homens comuns que haviam sido alçados ao status de divindades por seus grandes feitos, geralmente após a morte. A ideia de que haveria, por trás das narrativas fantásticas de deuses e heróis, uma explicação que não requer a crença no caráter sobrenatural dessas figuras, mas sim encará-las de uma perspectiva racionalizante – não são seres sobre-humanos de fato, mas homens a que a tradição consagrou atributos sobre-humanos.

É fácil ver por que essa perspectiva interessa a Voltaire: por trás dos elementos fantasiosos da fábula, há uma narrativa verdadeira que pode, inclusive, apontar para fatos históricos. Este seria o caso de Minos e Orfeu, personagens que figuram em narrativas fabulosas, mas que, para o filósofo, seriam comprovadamente reais. Voltaire não desconsidera as fábulas que envolvem os dois, porém antes as toma como referências para saber o que caracterizava o Minos e o Orfeu históricos.

Esta não é uma fábula grega: é indubitável que Minos foi um rei legislador [...] É certo que Minos era um legislador severíssimo, tanto que se supôs que, depois de morto, ele julgava as almas dos defuntos no inferno; é evidente que, na época, a crença em outra vida era geralmente difundida em grande parte da Ásia e da Europa.

Orfeu é um personagem tão real quanto Minos [...] Grande número de autores antigos falam de Orfeu: os mistérios que levam seu nome servem-lhe de testemunho. Pausânias, o autor mais exato que os gregos tiveram, diz que seus versos eram cantados nas cerimônias religiosas, de preferência aos de Homero, que só veio muito depois dele. Sabe-se perfeitamente que ele não desceu ao

inferno; mas essa mesma fábula prova que o inferno era um ponto da teologia desses tempos remotos (Voltaire, 2007, p. 126).

A fábula de Minos aponta para um rei legislador que, por sua notória severidade, foi transformado postumamente em juiz dos mortos⁹ – o que, por si só, indica a crença na existência de uma vida após a morte; a fábula da descida ao inferno indica a crença na existência de um “inferno”. Neste último caso, o protagonista, Orfeu, parece ser um tanto menos relevante do que a sua jornada ao mundo dos mortos, e Voltaire parece extrair a sua historicidade menos da fábula em si do que das fontes que atestariam a existência real de Orfeu, como os mistérios e os autores antigos. Contudo, ainda assim, consideramos que seja um exemplo interessante da fábula evemerística, especialmente se nos atentarmos para o ponto em comum entre a fábula de Orfeu e a de Minos, que é a crença na existência de outra vida: um dado valioso a respeito das crenças religiosas dos antigos gregos, revelado pela fábula.

O aspecto da religiosidade aparece também na análise de uma passagem da *Ilíada*, em que Aquiles sacrifica doze troianos para honrar Pátroclo entre os mortos. Voltaire julga que esse ritual remeta necessariamente a um costume real de sacrifícios humanos para fins religiosos, pois Homero não teria sido capaz de “inventar algo tão horrível”, sob pena de escandalizar seu público. “Todo poeta pinta os costumes de seu país” (Voltaire, 2007, p. 163), o filósofo conclui. Essa análise se junta à de outras fábulas, como o sacrifício de Ifigênia e de Idamante, que também atestam a existência de sacrifícios humanos reais. Note-se que, aqui, não é necessário que os personagens das fábulas sejam reais para que a prática dos sacrifícios o sejam, basta que se verifique a existência de sacrifícios humanos como práticas religiosas de outras culturas para que se veja a representação, nessas fábulas, de uma prática real entre os gregos: Voltaire se apoia nos relatos de Sanconiaton sobre o sacrifício de Jehud e nos de Diodoro e Plutarco a respeito do sacrifício de ruivos para Osíris, no Egito, para afirmar que nada impede que a fábula de Ifigênia ou a passagem poética de Aquiles e os doze troianos façam referência a uma prática real e abominável (Voltaire, 2007, p. 162-163).

⁹ Consideramos interessante mencionar que a opinião de que Minos teria sido um personagem histórico também já existe na antiguidade, como expressa por Tucídides no Livro I da sua *História da Guerra do Peloponeso*.

A fábula pode, assim, ter um ponto de contato interessante com a história, ao revelar as conexões reais entre um personagem e um contexto histórico ou revelando aspectos culturais significativos de um povo, como é o caso das crenças e práticas religiosas – a religião é, aliás, um dos campos em que a fábula pode ter uma atuação contundente. Se ela for lida não de maneira literal, mas a partir do contexto histórico em que é criada, observando-se quais eram as expectativas sobre as práticas relacionadas a ela (se os cultos dedicados a Zeus e outras figuras divinas se assentavam em dogmas, se havia punições para quem desacreditasse das narrativas fabulosas sobre tais figuras, por exemplo), é possível traçar paralelos entre as práticas religiosas dos povos antigos e as práticas dos modernos cristãos. Essa análise se destinaria, principalmente, a investigar se os efeitos danosos do dogmatismo religioso, como a intolerância e o fanatismo, experimentados pelos modernos, teriam raízes também entre os antigos. Nesse contexto, Voltaire conclui que as fábulas antigas acabam por ser exemplares nesse quesito, porque mesmo quando eram atreladas aos cultos religiosos, não constituíam dogmas – e, com isso, não eram tomadas como verdades sagradas e inquestionáveis, em nome das quais se poderia perseguir e matar (Trousson, 1962, p. 228).

As fábulas como “lições de virtude”

Ademais, há, ainda, um outro lado positivo da fábula, e que constitui inclusive uma vantagem que ela tem sobre a história: a de apresentar uma “moral compreensível”, ou “lições de virtude”. Enquanto a história costuma ser o relato de guerras, crimes e ações justas que não são recompensadas, a fábula apresenta narrativas em que as boas ações triunfam sobre as más.

O próprio Voltaire se justifica: “Sei como a história pode instruir-nos, sei como ela é necessária; mas na verdade é preciso ajudá-la muito para poder extrair dela regras de conduta” (Voltaire, 2020, p. 752). Essa afirmação remete ao que diz n’*A filosofia da história*, ao apresentar os objetivos do estudo da história: dar a conhecer as leis e costumes de uma nação, as suas artes, sua agricultura, seu comércio, sua política, para que tanto um estadista quanto um cidadão possam compará-las com as de seu próprio país – comparação que, idealmente, estimula a emulação dos aspectos positivos e o abandono dos negativos (Voltaire, 2007, p. 14-15). A história também serve para lembrar os erros do passado e

impedir que eles se repitam: “ [...] nunca os crimes e as desgraças seriam suficientemente recordados” (Voltaire, 2007, p. 15). Este é, quiçá, o seu maior objetivo, pois mantém vivos na memória dos homens os horrores do fanatismo e da ignorância e quebra as cadeias que permitem que esses males se perpetuem. Em outras palavras, a história deve ensinar aos homens como agir com base nos exemplos do passado e do presente.

No entanto, essa tarefa é dificultada diante da falta de um desfecho ideal para os crimes que envergonham a humanidade: a história com frequência não demonstra que essas ações recebam uma punição adequada; ao invés disso, se vê obrigada a narrar que elas não têm consequências, como acontece com Henrique VIII, “tirano de parlamentos, ministros, mulheres, consciências e bolsas vive e morre em paz [...]”, ou com a família imperial da Pérsia, que é assassinada e tem o trono tomado por estrangeiros (Voltaire, 2020, p. 753). Diante dessa dificuldade, a fábula pode surgir como uma auxiliar valiosa, que por meio das suas “lições de virtude” ensinam os homens agirem bem. Neste sentido, tem semelhanças com a fábula alegórica: ambas oferecem lições sobre o mundo e, no caso das lições de virtude, oferecem também modelos de conduta. Portanto, constitui-se como fábulas didáticas.

O ensinamento dos modelos de conduta se dá através das relações entre as ações e as consequências nessas narrativas¹⁰: Tântalo, rei da Lídia, e Licáon, rei da Arcádia, recebem punições divinas, o primeiro por roubar a ambrosia dos deuses; o segundo, por servir carne humana a Zeus, transmitindo a mensagem de que roubo e assassinato são transgressões passíveis de punição, e uma punição proporcional ao tamanho do crime – o agravante de serem ofensas dirigidas aos deuses faz com que Tântalo seja torturado eternamente, enquanto Licáon tem todos os seus filhos mortos, sendo transformado em lobo. Esse é o desfecho ideal dado pela fábula, enquanto, na narrativa da história, “nossos Tântalos e Licáons são deuses na terra”. Isto é, se dependermos da história, não veremos as transgressões de reis e tiranos serem punidas tão cedo – é mais fácil que eles se tornem autoridades intocáveis do que seres puníveis. Para suprir essa falta, entra a fábula, garantindo que os homens entendam o que não devem fazer, e por que não devem.

¹⁰ As fábulas de Tântalo e Licáon, assim como as de Báucis e Filêmon, são citadas por Voltaire como exemplos do teor educativo da fábula no verbete homônimo do *Dicionário filosófico*. Aqui, optamos por nos remeter às versões que constam no *Theoi Project*, como forma de esclarecer quais elementos narrativos indicariam as lições dadas pelas fábulas, visto que Voltaire apenas menciona os personagens, sem elucidar os feitos que as tornariam exemplos positivos ou negativos de conduta.

Diante desses fatos, os exemplos citados por Voltaire sugerem, também, que crimes não devem ser cometidos porque ferem o direito de outrem: o ato bárbaro de Licáon deve inspirar não apenas o medo da punição, mas o horror ao ato de tirar a vida de alguém e desumanizá-la. Diante do exemplo dantesco de um rei que não apenas mata, mas também cozinha a carne humana – em algumas versões, do próprio filho ou neto – os homens, sem desejar semelhante destino e se identificando com a vítima, se abstêm de matar, resolução que é reforçada com a punição que recebe Licáon na fábula. O mesmo vale para Tântalo: um ato tão absurdo como o de querer roubar os próprios deuses, e as consequências disso, desencorajam o roubo.

Por outro lado, as boas ações serão recompensadas, como conta a fábula de Báucis e Filêmon: os dois personagens são um casal pobre de camponeses que, ao receber, seguindo todos os ritos de hospitalidade, Zeus e Hermes disfarçados como humildes viajantes, ganha de ambos a graça de ver sua casa tornada em templo e suas panelas, em ouro. Traçando um paralelo com a história, as ações praticadas em nome do bem comum, como as de Henrique IV ao instituir o *Edito de Nantes*, garantindo uma liberdade de culto aos protestantes (Voltaire, 2007, p. XV), deveriam ter como desfecho a exaltação de quem as pratica. Para as transgressões na vida em sociedade, deve haver justos castigos; para as boas ações, deve haver justas recompensas: esta é a lógica tornada clara pela fábula.

Por meio da história os homens tomariam conhecimento dos erros do passado, e a fábula esclareceria esses erros de maneira didática, expondo uma relação de causa e efeito em que se deve buscar a ação virtuosa porque ela permite o progresso moral dos homens e, por consequência, uma sociedade mais justa e pacífica, em que todos se beneficiam. Ou seja, a fábula não suplanta a história, mas a auxilia na tarefa de educar os homens. Na qualidade de parceira da história, a fábula mostra ser capaz de fortalecer uma educação moral.

Conclusão: o que há para a fábula na história?

Vimos que a fábula apresenta variadas facetas para Voltaire, e que nenhuma delas é de menor relevância; pois seja enquanto um relato falso “absurdo” que compromete o amadurecimento dos homens, uma alegoria que revela a verdade sobre a natureza, ou como

uma narrativa que alimenta as artes, a fábula é escrutinada e posta em relação a outras categorias, principalmente a categoria de história.

Não se pode negar que, de maneira recorrente, a fábula represente um incômodo para Voltaire. De fato, em inúmeras passagens ele atribui, direta ou indiretamente, as características do “irracional” às fábulas antigas: os “ridículos combates” entre os deuses na *Iliada* (Voltaire, 2007, p. 6), ou então afirmando que há relatos de Heródoto que não passam de contos infantis, como os do rapto de Io e de Giges e Candaules (Voltaire, 2007, p. 11) – embora seja válido ressaltar que ele também se refere como “fábula” aos relatos modernos que se pretendem históricos, mas que não são sustentados por evidências, como quando diz, sobre um imaginário europeu absurdo a respeito dos muçulmanos, que “são fábulas dignas de nós” (Voltaire, 2007, p. 244). Se pensarmos que a fábula sintetizaria as representações do irracional e do absurdo para Voltaire, poderíamos dizer que ele nutre um desprezo pela fábula, e que as suas análises das fábulas pagãs – ou o que ele julga que sejam fábulas – evidenciam uma falta de cuidado, e até mesmo de interesse, ao não olhar além do horizonte racionalista de seu próprio tempo.

Embora a acusação dessa falta de tato possa ser adequada, acreditamos que seja, no mínimo, precipitado resumir as interações de Voltaire com a fábula a incursões contra o domínio do irracional. Nessa perspectiva, se ficássemos apenas com a relevância das fábulas no meio artístico, ou das lições morais que podemos extrair delas, já teríamos um conhecimento útil gerado a partir do fabuloso. Souza aponta uma importância secundária desse conhecimento em relação ao que pode ser obtido por meio da história depurada de erros, a história filosófica de Voltaire (Souza, 2001, p. 135). No entanto, ainda que a história deva se constituir independentemente da fábula, como prova de que o espírito humano amadurece deixando de depender do fabuloso para entender o mundo, propomos, com as análises que conduzimos até aqui, que isso não implica que a fábula nunca tenha nada a dizer à história. Entre elas não há exclusivamente uma relação de superioridade e inferioridade, mas também de parceria.

Para além das possibilidades como alegoria da natureza, beleza artística ou lição de virtude, destacamos as verdades que a história pode conhecer através da fábula, relembrando os casos de Minos e Orfeu. Nesse ínterim, a respeito das interações entre história e fábula, trazemos uma citação interessante de *História do império da Rússia* em que Voltaire, ao comentar o relato de um reencontro surpreendente entre irmãos, diz:

Esse reconhecimento, por mais singular que possa parecer, não é tão extraordinário quanto a elevação de Catarina: um e outro são uma prova surpreendente do destino, e podem servir para nos fazer suspender nosso juízo quando tratamos como fábulas tantos acontecimentos da antiguidade, menos opostos talvez à ordem comum das coisas que toda a história dessa imperatriz (VOLTAIRE, 1957, p. 506, *tradução nossa*)¹¹

Nessa análise, há ainda uma outra possibilidade para as interações entre fábula e história: a de que as fronteiras entre o “dado como falso” e o “dado como verdadeiro” sejam mais flexíveis do que se imaginou. A exemplo, a história de Catarina, imperatriz da Rússia, poderia ser uma fábula, de tão fantástica que é, mas é comprovadamente histórica¹². Diante desse espanto, Voltaire parece aceitar a reflexão instigada pelos seus próprios critérios de verdade e falsidade, e por conseguinte, de história e fábula. A história de Catarina comprova que o critério de improbabilidade nem sempre conduz à verdade sobre os fatos e, portanto, o mesmo poderia ser dito de acontecimentos em outros períodos históricos, até mesmo entre as famigeradas fábulas da história antiga. Dessa forma, o próprio “dado” em “dado como verdadeiro” e “dado como falso” já indicaria, na verdade, a possibilidade de acolher em si o que estaria no lado oposto, diante de evidências que fundamentem isso: o que nos parece falso pode se mostrar verdadeiro.

Portanto, esta seria a maior contribuição da fábula para a história, provocar a reflexão a respeito dos critérios que fundamentam essas duas áreas. Não se trata de retroceder e deixar que a fábula volte a “dominar” a história, mas de reconhecer as possibilidades que o próprio Voltaire coloca. Assim, a fábula, longe de ser apenas um empecilho para o trabalho do historiador, pode ser uma aliada no processo de investigar as

¹¹ [No original] *“Cette reconnaissance, toute singulière qu’elle paraît, n’est pas si extraordinaire que l’élévation de Catherine: l’une et l’autre sont une preuve frappante de la destinée, et peuvent servir à nous faire suspendre notre jugement, quand nous traitons de fables tant d’événements de l’antiquité, moins opposés peut-être à l’ordre commun des choses que tout l’histoire de cette impératrice”*.

¹² O caráter assombroso da história de Catarina é posto, por Voltaire, principalmente em relação ao fato de ter sido uma cativa de guerra na juventude (e sequer fazer parte da família real russa) e, posteriormente, ascender ao trono de imperatriz da Rússia. Além dessa radical “mudança de rota”, impressiona também o filósofo o reencontro de Catarina, já imperatriz, com seu irmão, que desde a infância não via, em uma combinação de circunstâncias improváveis. O irmão teria sido casualmente encontrado, em um café, por um cortesão ligado ao corte russo. Intrigado por aquele homem que, maltrapilho, dizia que se pudesse se apresentar ao czar obteria dele uma proteção mais poderosa do que os passantes poderiam imaginar, o cortesão o interroga e se vê convencido de que ele pode ser, de fato, o irmão há muito tempo perdido de Catarina (outras evidências seriam supostas similaridades físicas entre os dois que o cortesão percebe). O czar, tomando conhecimento da situação e vendo nela indícios suficientes, promove o reencontro dos irmãos. São essas circunstâncias improváveis que impulsionam a reflexão de Voltaire. *Id., ibid.*, p. 442; p. 506.

fronteiras entre o verdadeiro e o falso, apontando para caminhos que podem tornar a escrita e o estudo da história mais ricos e amplos.

Referências

Fontes primárias

VOLTAIRE. *A filosofia da história*. Eduardo Brandão (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Projeto Voltaire Vive).

VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. Ivone C. Benedetti (trad.). São Paulo: WWF Martins Fontes, 2020.

VOLTAIRE. *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations*. [1756] in: *Complete Works of Voltaire* (Oxford, Voltaire Foundation, 1968-) Disponível em:

<https://artflsrv03.uchicago.edu/philologic4/toutvoltaire/navigate/546/1/14/?byte=282322>

Acesso em: mai. 2023.

VOLTAIRE. *Histoire de Charles XII*, Ed. M. A. Geffroy. Paris [s.n.], 1847, vol. XVI.

VOLTAIRE. *Histoire de l'Empire de Russie sous Pierre le Grand* in: *Oeuvres historiques*. Paris: Gallimard, 1957.

Fontes secundárias

BRUMFITT, J. Harry. *Voltaire historian*. Oxford: Oxford University Press, 1958.

CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. Daniel Augusto Gonçalves (trad.). Lisboa: Publicações Europa-América, 1961.

FONTENELLE, Bernard. *De l'origine des fables* in: *Textes choisis et commentés par Émile Faguet*. Paris: Librairie Plon, 1912.

MENEZES, Edmilson. Duas posições de Voltaire sobre a história. *Philosophica*, Lisboa, n. 43, p. 59-76, 2014.

SOUZA, Maria das Graças. Voltaire: história e civilização em: *Ilustração e história. O pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

TROUSSON, Raymond. *Voltaire et la mythologie*. *Bulletin de l'Association Guillaume Budé*, n. 2, p. 222-229, jun/1962.